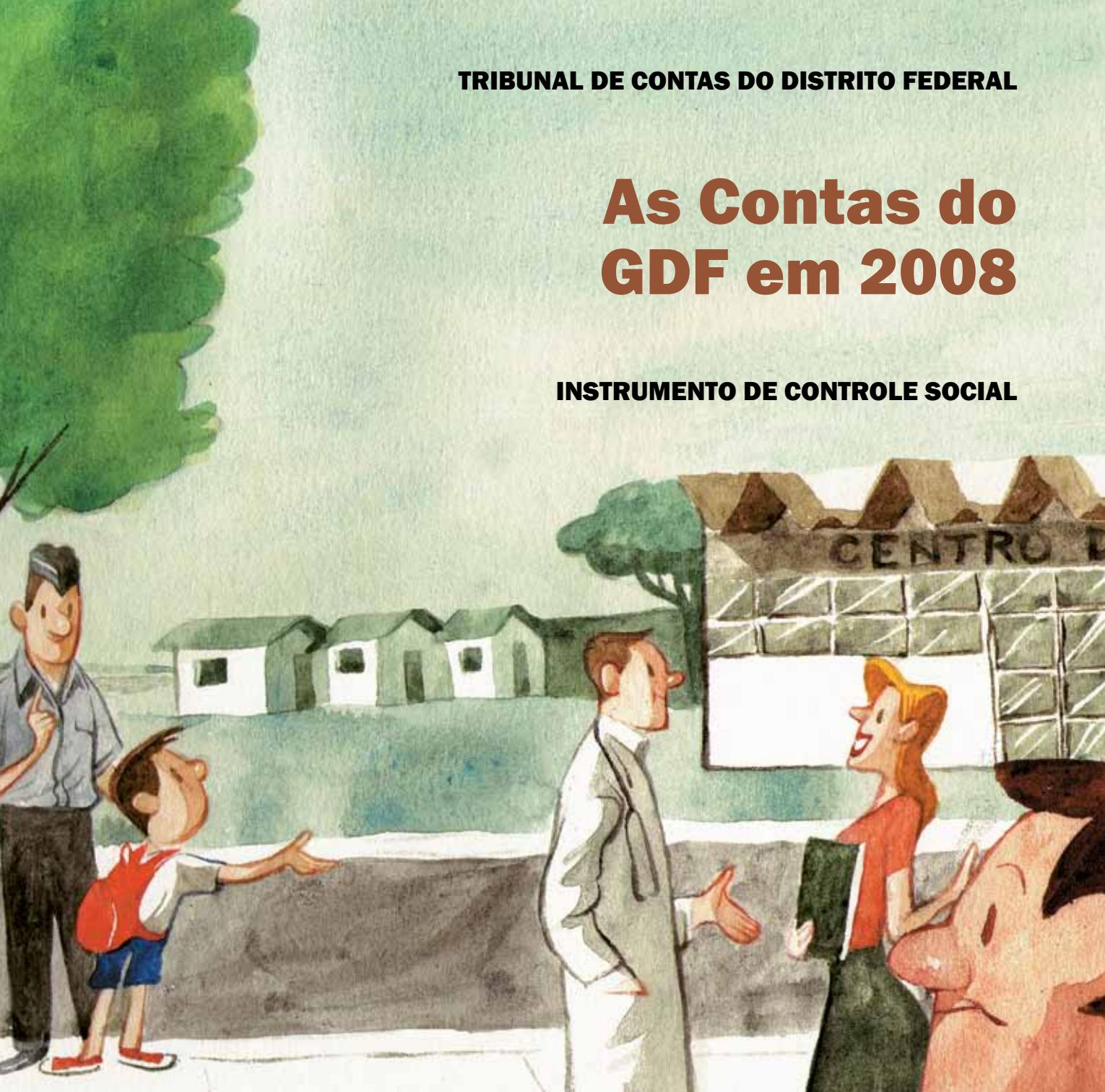


**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

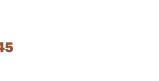
# As Contas do GDF em 2008

**INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL**



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		33
		35
		37
		39
		41
		43
		45
		47
		49
		51
		53
		55
		57
		59



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
			59		



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Programa de Modernização do Sistema de  
Controle Externo dos Estados, Distrito Federal  
e Municípios Brasileiros (Promoex)

### RELATÓRIO ANALÍTICO SOBRE AS CONTAS DO GDF 2008

#### VERSÃO SIMPLIFICADA

Redação

*Rodrigo Farhat*

(Informe Comunicação e Marketing)

Projeto gráfico e diagramação

*Chica Magalhães*

(Informe Comunicação e Marketing)

Ilustrações

*Kleber Sales*

Execução

*5ª Inspeção de Controle Externo do TCDF*

Tiragem

*10 mil exemplares*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

# **VERSÃO SIMPLIFICADA DO RELATÓRIO ANALÍTICO E PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GDF – 2008**

**Instrumento de controle social**

**Relatora: Conselheira Anilcélia Luzia Machado**

	capa	30		31
	32		33	
	34		35	
	36		37	
	38		39	
	40		41	
	42		43	
	44		45	
	46		47	
	48		49	
	50		51	
	52		53	
	54		55	
	56		57	
	58		59	



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
			59		



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

## COMPOSIÇÃO DE 2009

### CONSELHEIROS

Anilcéia Luzia Machado – Presidente

Manoel Paulo de Andrade Neto – Vice-presidente

Ronaldo Costa Couto

Marli Vinhadeli

Jorge Caetano

Antonio Renato Alves Rainha

Domingos Lamoglia de Sales Dias

### AUDITOR

José Roberto de Paiva Martins

### PROCURADORES

Márcia Ferreira Cunha Farias – Procuradora-geral

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Demóstenes Tres Albuquerque

Inácio Magalhães Filho

# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>6</b>
<b>PLANEJAMENTO</b> .....	<b>9</b>
<b>GESTÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>De onde vem o dinheiro</b> .....	<b>18</b>
<b>Para onde vai o dinheiro</b> .....	<b>21</b>
• <b>Desenvolvimento humano e social</b> .....	<b>23</b>
• <b>Urbanização e Meio Ambiente</b> .....	<b>35</b>
• <b>Crescimento e Geração de Emprego e Renda</b> .....	<b>47</b>
• <b>Equilíbrio Fiscal e Qualidade dos Serviços Prestados pelo Governo</b> .....	<b>48</b>
<b>Dívidas</b> .....	<b>52</b>
<b>As empresas do GDF</b> .....	<b>54</b>
<b>MANIFESTAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS</b> .....	<b>55</b>

 capa	30	 31
 2		 33
 3		 34
 4		 35
 5		 36
 6		 37
 7		 38
 8		 39
 9		 40
 10		 41
 11		 42
 12		 43
 13		 44
 14		 45
 15		 46
 16		 47
 17		48
 18		49
 19		50
 20		51
 21		52
 22		53
 23		54
 24		55
 25		56
 26		57
 27		58
 28		59
 29		60



capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59



# Apresentação

Olá, cidadão do Distrito Federal. Como você, também moro aqui e gosto de exercer a minha cidadania. Por isso, fico sempre atento aos meus direitos e busco saber como o Governo usa os impostos que nós, cidadãos do Distrito Federal, pagamos.

Estou aqui, a convite do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), para mostrar a você as contas do Governo em 2008.

Você sabe que participar da formulação dos planos do Governo e das políticas públicas é um de nossos direitos, não é mesmo? Outro é acompanhar o trabalho governamental e também fazer sua avaliação. Isso se chama controle social e faz parte do exercício da cidadania.

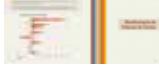
Esses foram os motivos que levaram o TCDF a publicar esta versão simplificada do Relatório Analítico e Parecer Prévio sobre as Contas de 2008 do Governo do Distrito Federal.

Este relatório é uma forma de dar transparência às ações de governo e auxiliar a população a exercer o controle social, pois todos os serviços prestados pela administração pública, como os investimentos e gastos com saúde, educação e segurança, entre outros, são pagos com os recursos dos impostos dos cidadãos e devem atender às necessidades da comunidade.

Venha conhecer comigo as contas de 2008 do Governo do Distrito Federal.



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59

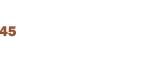
	сара		30		31
	2		3		32
	4		5		33
	6		7		34
	8		9		35
	10		11		36
	12		13		37
	14		15		38
	16		17		39
	18		19		40
	20		21		41
	22		23		42
	24		25		43
	26		27		44
	28		29		



# Planejamento

	capa	30		31
	2	3		32
	4	5		34
	6	7		36
	8	9		38
	10	11		40
	12	13		42
	14	15		44
	16	17		46
	18	19		48
	20	21		50
	22	23		52
	24	25		54
	26	27		56
	28	29		58



 capa	 30	 31
 2	 3	 32
 4	 5	 34
 6	 7	 36
 8	 9	 38
 10	 11	 40
 12	 13	 42
 14	 15	 44
 16	 17	 46
 18	 19	 48
 20	 21	 50
 22	 23	 52
 24	 25	 54
 26	 27	 56
 28	 29	 58



# Para não perder de vista os objetivos

Os governantes planejam para que o resultado das ações governamentais seja, a cada ano, melhor. Os planejamentos servem para não se perder de vista os objetivos pretendidos e para checar se o resultado de um projeto ou ação está de acordo com a meta que se deseja alcançar. O planejamento é usado, também, para aproveitar melhor os recursos disponíveis e para evitar esforços inúteis ou duplicados.

Assim como os governantes, também planejamos. Planejamos nossa vida pessoal, financeira e profissional. Fazemos isso todos os dias, calculando quanto podemos gastar com alimentos, roupas e diversão para que o salário não falte ao fim do mês. Planejamos, também, ao contar quanto precisamos economizar para comprar uma TV ou qualquer outra coisa que desejamos possuir.

Assim como nós, o governante precisa, antes de executar qualquer ação ou projeto, traçar metas e objetivos e é para isso que existem diferentes planos previstos na Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF).

Aqui, vamos abordar o Plano Plurianual (PPA), as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Orçamentária Anual (LOA). Você vai conhecer, agora, um pouco desses documentos.

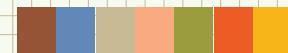
**As despesas  
previstas pelo  
PPA, para  
2008, foram de  
R\$ 17,9  
bilhões**

## Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual elege as prioridades por quatro anos. É o instrumento que define as despesas de capital, ou seja, aquelas que aumentam o patrimônio do Governo e, também, as despesas com programas de longa duração. O atual PPA prevê despesas de R\$ 85,3 bilhões, entre os anos de 2008 a 2011, para atender a quatro grandes objetivos: reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento humano e social; desenvolver, de forma equilibrada e consciente, a urbanização do Distrito Federal, protegendo o meio ambiente; promover o crescimento, incentivar a inovação e a competitividade, gerar emprego e renda; e buscar o equilíbrio fiscal, a eficiência e a qualidade dos serviços prestados pelo Governo.

### SAIBA QUANTO O GDF PRETENDE APLICAR EM CADA ÁREA ATÉ 2011:

Demonstrativo da despesa prevista – PPA 2008/2011				
Macro-objetivos	2008	2009	2010	2011
	Valor em R\$ bilhões			
Redução das desigualdades, desenvolvimento humano e social	3,34	3,78	4,44	5,17
Desenvolvimento urbano ordenado e sustentabilidade ambiental	2,82	3,11	3,24	3,47
Crescimento, inovação e competitividade, geração de emprego e renda	0,13	0,17	0,23	0,36
Equilíbrio fiscal, gestão para resultados, eficiência e qualidade dos serviços e atendimento	11,63	12,93	14,41	16,06
<b>Total</b>	<b>R\$ 17,92 bilhões</b>	<b>R\$ 20,00 bilhões</b>	<b>R\$ 22,33 bilhões</b>	<b>R\$ 25,05 bilhões</b>



	capa	30		31
	2	3		33
	4	5		35
	6	7		37
	8	9		39
	10	11		41
	12	13		43
	14	15		45
	16	17		47
	18	19		49
	20	21		51
	22	23		53
	24	25		55
	26	27		57
	28	29		59

 capa	 30	 31
 2	 3	 32
 4	 5	 33
 6	 7	 34
 8	 9	 35
 10	 11	 36
 12	 13	 37
 14	 15	 38
 16	 17	 39
 18	 19	 40
 20	 21	 41
 22	 23	 42
 24	 25	 43
 26	 27	 44
 28	 29	 45



# Planejamento

## Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias define as regras para a criação e a execução da Lei Orçamentária Anual (LOA). Ela fixa as prioridades da administração pública e traz, ainda, as normas que garantem o equilíbrio entre as receitas (o que entra no caixa do Governo) e as despesas (o que sai do caixa).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) complementa a Constituição Federal e orienta a atuação dos governantes de todo o País sobre como administrar o dinheiro público. O documento prevê punições para quem descumprir suas normas. Seu artigo 48 diz que a transparência das contas do Governo deve ser assegurada por meio do incentivo à participação popular e da realização de audiências públicas, durante a elaboração e a discussão dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos.

Não houve, em 2008, convite para que a população participasse de eventos para elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO/08), apesar de uma audiência pública ter sido realizada, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, em 11 de junho de 2007, para tratar do assunto.

## Lei Orçamentária Anual (LOA)

A Lei Orçamentária Anual mostra informações sobre quanto o Governo espera conseguir de recursos em determinado ano e, também, de quanto e como pretende gastá-los.

É responsabilidade do governador elaborar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e mandar o documento para a Câmara Legislativa. Lá, os deputados distritais têm que fazer sua análise. Depois que votam, o PLOA vira lei.

A previsão inicial para o ano de 2008 nos **Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** era de



R\$ 9,7 bilhões. Somada ao **Orçamento de Investimento** (R\$ 885,8 milhões), o valor fixado pela LOA/08 atingiu R\$ 10,6 bilhões. Quanto ao **Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF)**, o valor previsto para 2008 ficou em R\$ 6,5 bilhões, 8,9% maior do que o destinado ao ano de 2007.

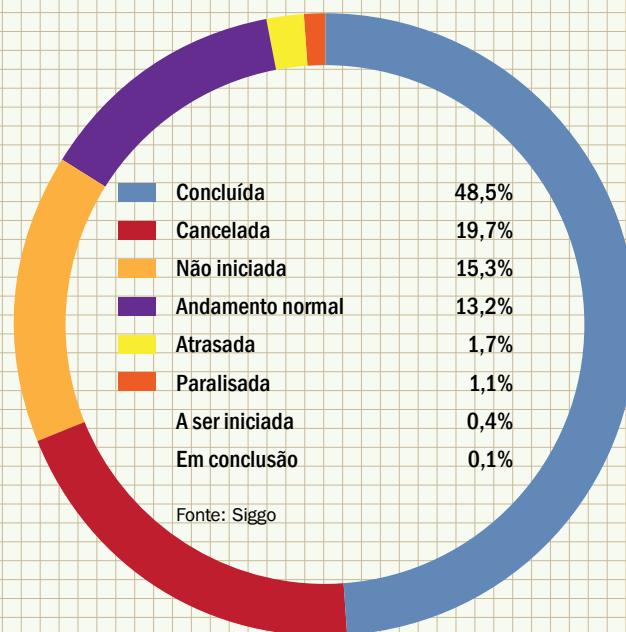
Quando planejamos, temos que levar em consideração eventuais dificuldades, que devem ser corrigidas durante a execução dos planos e das metas definidos. Em 2008, ocorreram algumas falhas que indicam a necessidade de se aprimorar o processo de planejamento para os anos seguintes, como incompatibilidade entre as metas físicas e financeiras; ausência de normas na LDO sobre controle de custos das ações; grande número de reprogramações; baixo desempenho no alcance de objetivos dos programas de governo.

Conheça, no gráfico seguinte, como estava, ao final de 2008, o andamento das ações de governo:

*Reúnem as receitas recebidas pelo Governo (impostos, convênios, empréstimos etc.) e as despesas nas quais serão aplicados esses recursos (pessoal, gastos administrativos, obras etc.).*

*Concentra os valores que a Constituição determina que o Governo Federal destine às áreas de segurança, saúde e educação do Distrito Federal.*

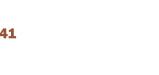
### ESTÁGIO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS - DEZ/2008



*Contém as despesas de investimento das empresas do GDF, ou seja, os gastos que não se referem a pagamento de pessoal e outras despesas administrativas.*

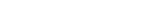


	capa	30		31
2		3	32	33
4		5	34	35
6		7	36	37
8		9	38	39
10		11	40	41
12		13	42	43
14		15	44	45
16		17	46	47
18		19	48	49
20		21	50	51
22		23	52	53
24		25	54	55
26		27	56	57
28		29	58	59

	сара		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58



# Gestão

	capa	30		31
	2	3		32
	4	5		34
	6	7		36
	8	9		38
	10	11		40
	12	13		42
	14	15		44
	16	17		46
	18	19		48
	20	21		50
	22	23		52
	24	25		54
	26	27		56
	28	29		58
				59





capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59

# De onde vem e para onde vai o dinheiro

Como você viu, o orçamento expressa as receitas e as despesas do Governo durante um ano.

Mas o que são receita e despesa?

Receita é o dinheiro que o Governo obtém da cobrança de impostos e taxas, da contratação de empréstimos, da assinatura de convênios etc. Despesa é todo gasto que o Governo faz com o dinheiro arrecadado, para manter escolas e postos de saúde, pagar servidores, garantir segurança e prestar outros serviços à população.

Quando o TCDF analisa a receita do Governo, confere se o que foi previsto no planejamento realmente foi arrecadado, verifica qual a origem desse dinheiro (se veio de impostos, convênios, empréstimos etc.) e apura valores que o GDF deixou de receber.

Ao conferir as despesas feitas pelo Governo, o TCDF também verifica se o valor fixado no planejamento foi o efetivamente usado e, entre outros tópicos, examina os valores direcionados ao pagamento de pessoal e o cumprimento dos limites mínimos que a Constituição, ou outra lei, estabelece para aplicação em saúde, educação, pesquisa e cultura.

O quadro ao lado detalha as receitas e despesas do GDF em 2008:



R\$ 1,00

Receita		Despesa	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>			
Receita Tributária	7.099.620.655	Pessoal e Encargos Sociais	5.418.889.314
Receita de Contribuições	904.291.846	Juros e Encargos da Dívida	117.511.652
Receita Patrimonial	251.944.647	Outras Despesas Correntes	3.290.538.633
Receita Agropecuária	21.333	Investimentos	1.050.977.341
Receita Industrial	2.611.738	Inversões Financeiras	126.487.434
Receita de Serviços	198.197.878	Amortização da Dívida	96.583.293
Transferências	2.330.020.948		
Outras Receitas Correntes	523.824.133		
Receitas Intraorçamentárias Correntes	17.282.749		
Operações de Crédito	149.923.377		
Alienação de Bens	6.634.924		
Amortizações	17.476.202		
Deduções da Receita	(1.121.377.996)		
<b>SOMA</b>	<b>10.380.472.433</b>		<b>10.100.987.668</b>
<b>Fundo Constitucional do DF</b>			
Orçamento da União	6.595.047.178	Pessoal e Encargos Sociais	6.082.334.809
		Outras Despesas Correntes	481.801.116
		Investimentos	30.911.253
<b>SOMA</b>	<b>6.595.047.178</b>		<b>6.595.047.178</b>
<b>Orçamento de Investimento das Empresas Estatais</b>			
Geração Própria	193.472.855	Investimentos	312.232.094
Participação Acionária nas Empresas	4.804.419		
Operações de Crédito Internas	102.837.026		
Recursos de Contratos e Convênios	11.117.795		
<b>SOMA</b>	<b>312.232.094</b>		<b>312.232.094</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17.287.751.705</b>		<b>17.008.266.940</b>

Fonte: Siggo e Siafi



	capa	30		31
2		3	32	33
4		5	34	35
6		7	36	37
8		9	38	39
10		11	40	41
12		13	42	43
14		15	44	45
16		17	46	47
18		19	48	49
20		21	50	51
22		23	52	53
24		25	54	55
26		27	56	57
28		29	58	59



capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59

# De onde vem o dinheiro

A maior parte do dinheiro obtido pelo Governo refere-se a taxas e impostos pagos pela população, como o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto de Renda (IR). Mesmo quem não tem carro ou casa, ou não recolhe IR, paga imposto sobre o que consome, ao comprar uma lata de sardinha ou de óleo no supermercado. É que estão embutidos nos preços desses produtos outros impostos, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

Além dos impostos, o GDF tem outras receitas. O Governo Federal, por exemplo, transfere dinheiro para os estados e municípios manterem áreas como a saúde e a assistência social. Há, ainda, o repasse de percentuais sobre impostos federais determinados pela Constituição. Além disso, existe o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que complementa recursos para a saúde, a educação e a segurança.

O total das receitas arrecadadas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) em 2008

## ORIGEM DOS RECURSOS

- Recursos de Terceiros (SUS, convênios, empréstimos etc)
- FCDF
- Recursos Próprios

Fonte: Siggo e Siafi

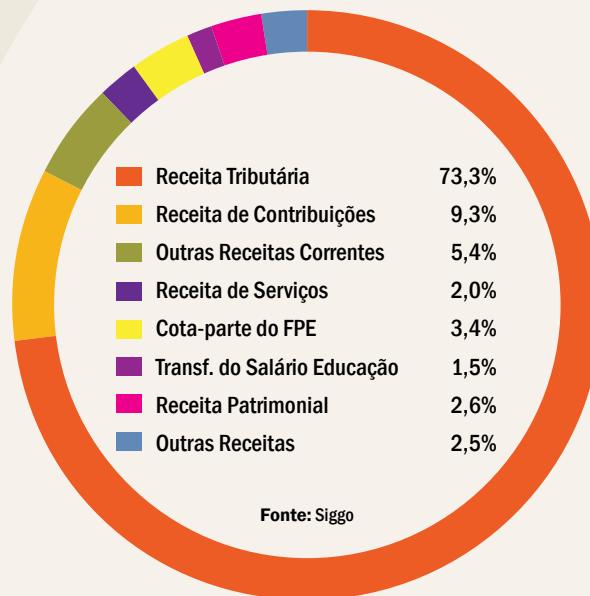


atingiu R\$ 10,4 bilhões. Houve excesso na receita arrecadada: R\$ 691,8 bilhões a mais do que o previsto. Foi o melhor resultado dos últimos três anos e significou crescimento de R\$ 1,3 bilhão em relação a 2007 (ou 13,8%), já considerada a inflação do período.

Somada aos recursos do FCDF, a arrecadação sobe para R\$ 17 bilhões.

Os R\$ 9,7 bilhões de **recursos próprios** conseguidos em 2008 foram maiores do que a estimativa feita e 11,9% maiores do que o Governo do Distrito Federal arrecadou em 2007. Desse valor, 73,3% foram conseguidos por meio de tributos. Veja o gráfico:

### COMPOSIÇÃO DA RECEITA PRÓPRIA ARRECADADA - 2008



Fonte: Siggo

É o valor arrecadado sobre o qual o GDF tem domínio. Basicamente, é constituído por tributos (impostos e taxas). O ICMS tem respondido por mais da metade dos tributos arrecadados no DF. Os R\$ 3,9 bilhões arrecadados de ICMS em 2008 representaram 55,5% dos tributos.

### Renúncia de receita

O Governo do Distrito Federal pode optar por deixar de receber certos tributos ou parcela deles e isso deve ser autorizado por lei. Existe a renúncia se o governo concede anistia, isenta ou reduz tributo de sua competência que deveria ser pago pela instituição ou pessoa beneficiada.

A renúncia deve levar em consideração a manutenção do equilíbrio entre as receitas e as despesas do governo.



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59



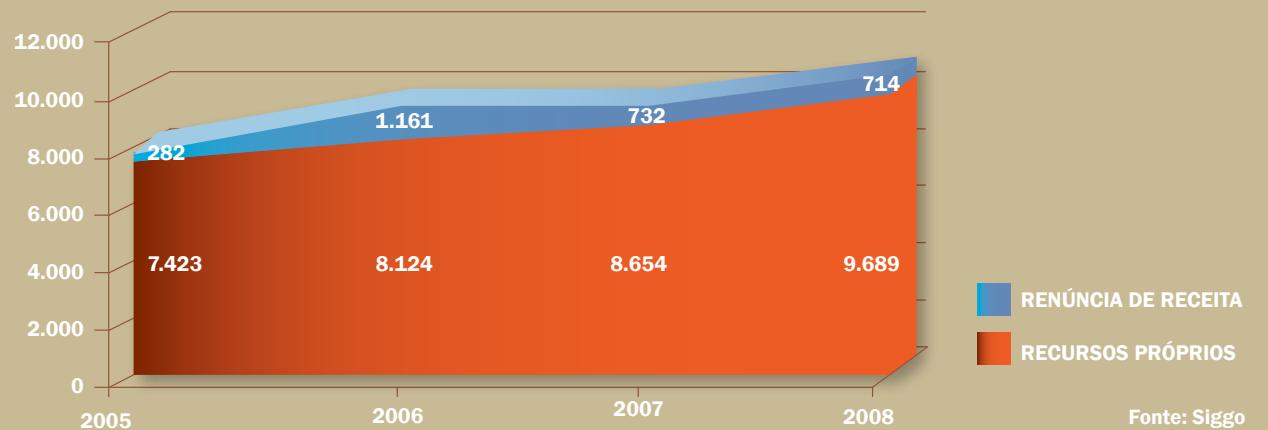
# Gestão

O gráfico abaixo mostra a comparação entre a renúncia de receita tributária e os recursos próprios nos últimos quatro anos:

O GDF abre mão dessas receitas em favor da concessão de benefícios sociais e econômicos, como isenção de impostos para taxistas, benefícios destinados a idosos e deficientes e estímulo ao desenvolvimento de setores industriais e comerciais.

Pode-se ver que a renúncia de receita tributária, de aproximadamente R\$ 714 milhões, foi equivalente a 7,4% dos recursos próprios arrecadados pelo GDF.

RENÚNCIA DE RECEITA DE TRIBUTOS - 2005/2008



Fonte: Siggo

capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59



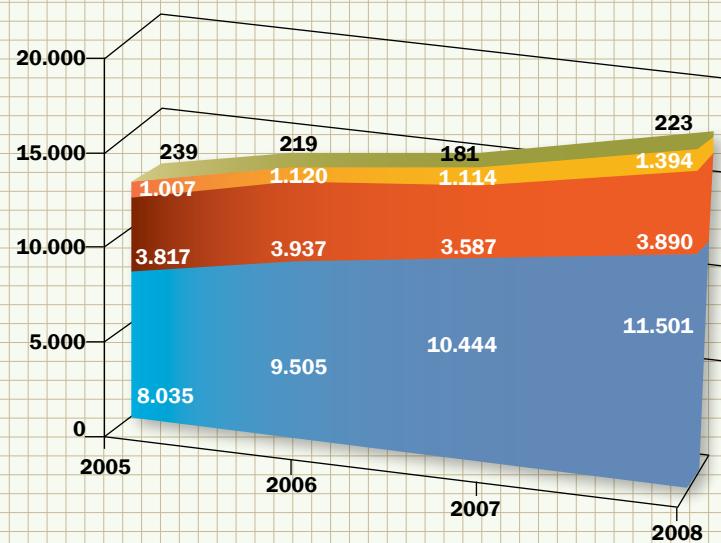
# Para onde vai o dinheiro

As despesas do GDF alcançaram R\$ 16,7 bilhões em 2008, crescimento de 29% em relação a 2005. Quase a totalidade desses gastos refere-se a pagamento de pessoal e despesas de custeio. O percentual de receitas destinado a investimentos manteve-se na média de 6%.

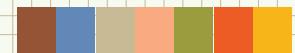
Somando-se os R\$ 312,2 milhões aplicados pelas empresas do GDF em investimentos, atinge-se o total de R\$ 17 bilhões de despesas.

## DESPESA TOTAL

- Outras Despesas de Capital
- Investimentos
- Outros custeios
- Pessoal e Encargos Sociais



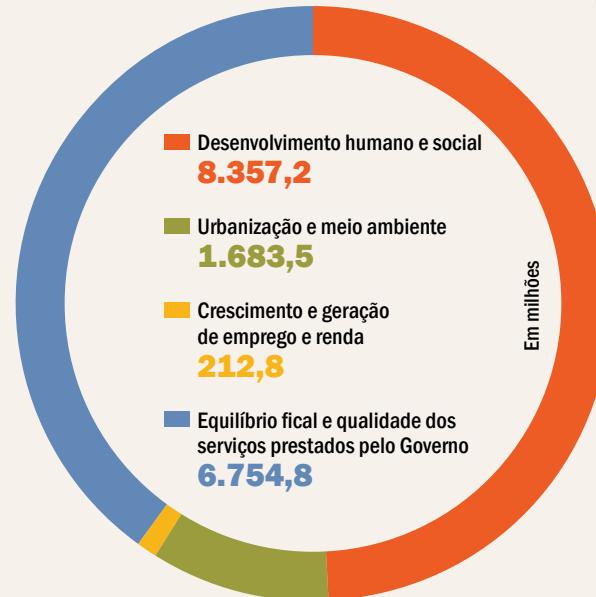
Fonte: Siggo e Slafl



capa	30
2	31
3	32
4	33
5	34
6	35
7	36
8	37
9	38
10	39
11	40
12	41
13	42
14	43
15	44
16	45
17	46
18	47
19	48
20	49
21	50
22	51
23	52
24	53
25	54
26	55
27	56
28	57
29	58
	59

# Gestão

## DESPESA DISTRIBUÍDA POR OBJETIVOS DO GOVERNO



Em milhões

Fonte: Siggo e Siafi

Assim como nós, cidadãos, temos que prever quanto gastar com aluguel, água, luz, educação e saúde, o Governo do Distrito Federal também contabiliza seus gastos por áreas, que, em 2008, foram agrupadas nos quatro grandes objetivos de governo: Desenvolvimento humano e social; Urbanização e meio ambiente; Crescimento e geração de emprego e renda; Equilíbrio fiscal e qualidade dos serviços prestados pelo Governo.

Conheça quanto o GDF gastou em cada macro-objetivo em 2008, incluídas as despesas do orçamento de investimento das estatais. Os valores estão em R\$ milhões.



# Desenvolvimento humano e social

O macro-objetivo Desenvolvimento Humano e Social envolve áreas importantes para a sociedade, como saúde, educação, segurança, esporte e lazer.

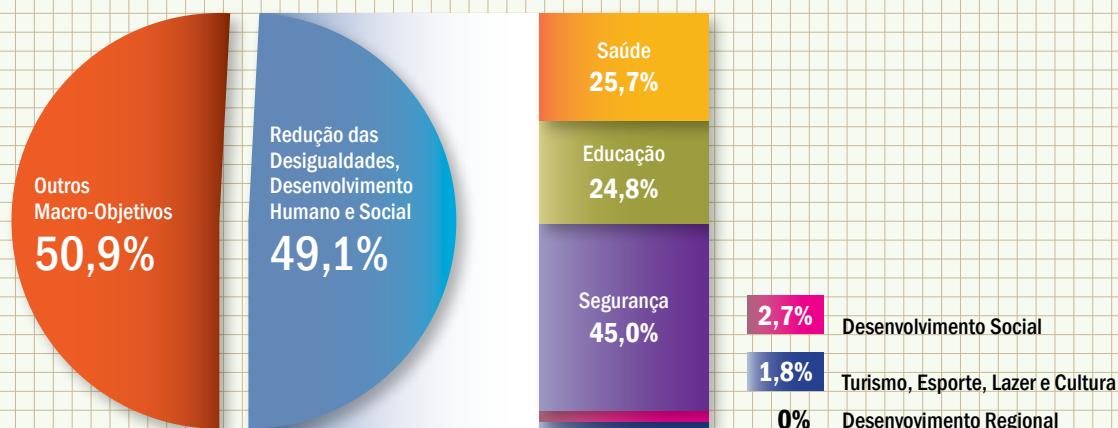
A despesa total realizada nesse macro-objetivo somou R\$ 8,4 bilhões, dos quais R\$ 6,6 bilhões

foram pagos com recursos do Fundo Constitucional do DF. Esse setor foi responsável por quase a metade de todos os gastos do GDF em 2008.

## Saúde

Na área da saúde, o GDF aplicou R\$ 2,1 bilhões. Desse valor, R\$ 1,5 bilhão foi custeado pelo FCDF para pagamento de despesa com pessoal.

### DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL - DESPESA POR ÁREA



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		33
		35
		37
		39
		41
		43
		45
		47
		49
		51
		53
		55
		57
		59



	capa		30		31
	2		32		33
	3		34		35
	4		36		37
	5		38		39
	6		40		41
	7		42		43
	8		44		45
	9		46		47
	10		48		49
	11		50		51
	12		52		53
	13		54		55
	14		56		57
	15		58		59

# Gestão

## Limite mínimo de aplicação em saúde

*O limite mínimo a ser cumprido foi calculado pelo TCDF em R\$ 988,2 milhões. O montante aplicado pelo GDF em ações e serviços públicos de saúde, ao final de 2008, atingiu R\$ 1,3 bilhão, superando, assim, em R\$ 340,8 milhões o mínimo estabelecido pela legislação.*

### Em milhões

A - BASE DE CÁLCULO ESTADUAL	5.006,1
B - BASE DE CÁLCULO MUNICIPAL	2.583,1
C - RECURSOS MÍNIMOS A APLICAR (12%xA + 15%xB)	988,2
D - TOTAL APLICADO	1.329,0
E - SUPERÁVIT	340,8

Fonte: Siggo

Outros programas da área de saúde com representatividade foram Atendimento Médico-Hospitalar e Ambulatorial, Assistência Farmacêutica e Modernização e Adequação do SUS/DF, com gastos de R\$ 621,4 milhões.

A atividade Ações de Assistência Médico-hospitalar atingiu o total de R\$ 104,7 milhões, tendo sido R\$ 58,9 milhões para aquisição de material médico-hospitalar cirúrgico, odontológico, ortopédico, laboratorial e de enfermagem e R\$ 45,8 milhões para ações de assistência médico-hospitalar.

O número de leitos públicos hospitalares foi 8% menor do que em 2007. Por outro lado, considerando o mesmo período, houve aumento de 1,4% no total de internações hospitalares. Assim, em 2008, foram realizadas 29,8 internações para cada leito hospitalar disponível.

O quantitativo de pacientes procedentes de outros Estados diminuiu de 21,7% em 2006 para 19,8% em 2007 e atingiu 19,2% em 2008.

O coeficiente de mortalidade geral foi o menor dos últimos quatro anos. Mesmo assim, os de mortalidade materna e infantil voltaram a crescer e atingi-





capa	30	31
2	3	33
4	5	35
6	7	37
8	9	39
10	11	41
12	13	43
14	15	45
16	17	47
18	19	49
20	21	51
22	23	53
24	25	55
26	27	57
28	29	59



	capa		30
	2		33
	3		34
	4		35
	5		36
	6		37
	7		38
	8		39
	9		40
	10		41
	11		42
	12		43
	13		44
	14		45
	15		46
	16		47
	17		48
	18		49
	19		50
	20		51
	21		52
	22		53
	23		54
	24		55
	25		56
	26		57
	27		58
	28		59



## Gestão

ram os índices de 65,9 por 100 mil nascidos vivos e 12,6 por mil nascidos vivos, respectivamente.

As ações realizadas no programa Modernização e Adequação do SUS/DF foram dirigidas a investimentos. Dos R\$ 81,1 milhões aplicados, destacam-se: Construção do Hospital Regional de Santa Maria (R\$ 26,6 milhões); Execução de Contratos de Manutenção Predial (R\$ 19,2 milhões); e Reforma do Hospital de Base do DF (R\$ 14,8 milhões).

Os gastos no Programa Saúde em Família totalizaram R\$ 4,8 milhões, o dobro do exercício de 2007, em valores corrigidos pela inflação. A cobertura da população atendida atingiu 8,7% em 2008, ainda abaixo dos 10% definidos como meta pelo Ministério da Saúde.

O montante executado no programa Controle de Doenças Transmissíveis passou de R\$ 1,8 milhão, em 2007 para R\$ 6,1 milhões em 2008. Deste montante, 39,7% foram destinados ao Instituto do Coração do DF, administrado pela Fundação Zerbini, como pagamento pela prestação de serviços cardiológicos. De acordo com relatório produzido pelo Controle Interno, essa despesa está em desacordo com os objetivos do programa.

## Educação

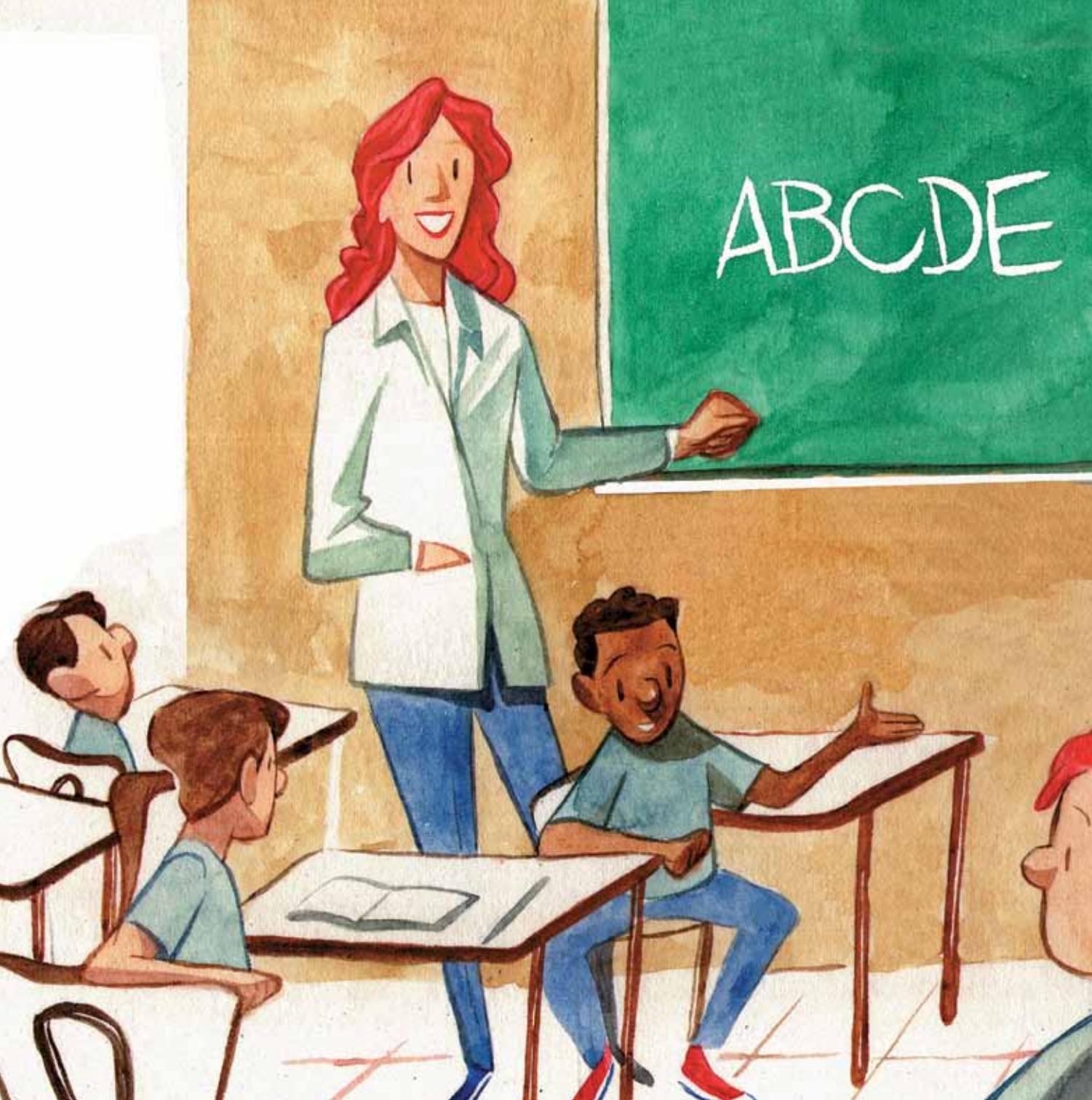
Na área de educação, foram gastos R\$ 2,1 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão foi originário do FCDF e destinado a despesas com pessoal.

No programa Educando Sempre, foram gastos R\$ 265,3 milhões, a maior parte direcionada à manutenção de 44 instituições públicas da Educação Infantil, 64 do Ensino Médio, 497 do Ensino Fundamental e uma da Educação Profissional.

A despesa realizada no programa Erradicação do Analfabetismo totalizou R\$ 2,8 milhões e no programa Apoio ao Educando alcançou R\$ 157,5 milhões.

O programa Renda Minha assistiu, em média, a mais de 84 mil alunos por mês, com o pagamento de bolsas de até R\$ 180,00. A quantidade de beneficiados foi menor do que em 2007 (93 mil alunos/mês).

Aumentaram os alunos do Ensino Fundamental atendidos com o transporte escolar mensal, de 28,8 mil para 37,8 mil, e o fornecimento médio mensal de passes estudantis, de 15,3 mil para 17,9 mil.

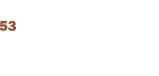


capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		33
		35
		37
		39
		41
		43
		45
		47
		49
		51
		53
		55
		57
		59





# Gestão

	capa		30		31
	2		32		33
	3		34		35
	4		36		37
	5		38		39
	6		40		41
	7		42		43
	8		44		45
	9		46		47
	10		48		49
	11		50		51
	12		52		53
	13		54		55
	14		56		57
	15		58		59

No programa Escola de Todos Nós, foram aplicados R\$ 32,6 milhões na construção, reforma e ampliação de instituições de ensino da rede pública de ensino do DF.

De acordo com a Secretaria de Educação, o número de salas de aulas na rede pública de ensino vinha diminuindo no triênio 2005/2007 e voltou a crescer em 2008. O número de matrículas, por sua vez, decresceu no período 2005/2008. Assim, a média de alunos por turma passou de 37,4 em 2005 para 32,2 em 2008.

### Limites mínimos de aplicação em educação

De acordo com a legislação em vigor, o DF deve aplicar, anualmente, nunca menos de 25% do total da arrecadação de impostos e das transferências de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE); em 2008,

	VALOR (R\$ milhões)	LIMITE
<b>MDE</b>		
MÍNIMO A APLICAR	<b>2.291,5</b>	<b>25%</b>
VALOR APLICADO	<b>3.393,8</b>	<b>37%</b>
<b>FUNDEB</b>		
MÍNIMO A APLICAR	<b>875,9</b>	-
VALOR APLICADO	<b>1.119,5</b>	-
<b>PAGAMENTO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO</b>		
MÍNIMO A APLICAR	<b>525,6</b>	<b>60%</b>
VALOR APLICADO	<b>980,1</b>	<b>112%</b>

Fonte: Siggo



foram aplicados 37%, incluídos os valores do FCDF para a área educacional.

Parte do valor gasto em MDE, obrigatoriamente, deve ser aplicada em educação básica, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); em 2008, foi aplicado R\$ 1,1 bilhão, superando em R\$ 243,5 milhões o valor mínimo exigido.

A legislação diz ainda que 60% dos recursos do Fundeb devem ser destinados ao pagamento de salários dos profissionais do magistério em atividade. O valor alcançado foi de 112%.

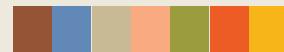
### **Auditoria nas Escolas da Rede Pública de Ensino do DF**

Por meio de auditoria, foram reavaliadas as condições das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do DF.

Foi constatado que as condições continuam insatisfatórias, pois mais de 70% das unidades de ensino carecem de reparos moderados ou graves, em função da insuficiência dos serviços de manutenção.



**Instalação física considerada péssima – Escola Classe N° 57, Ceilândia.**



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59



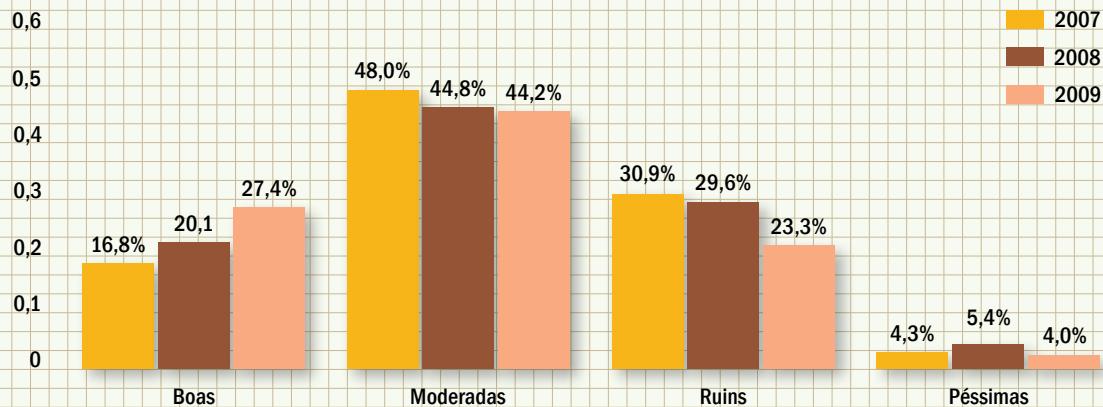
# Gestão

A avaliação feita pelos diretores quanto às condições das instalações físicas foi regular e não mostra grande alteração em relação aos anos anteriores. A nota média de toda a rede, numa escala de zero a dez, foi de 5,9 pontos. Em 2008, a nota média foi 5,3 e, em 2007, 6,2.

Além disso, em 74% das escolas, as instalações não são compatíveis com as atividades previstas na grade curricular e no nível de ensino.

capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59

## CONDIÇÕES DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS



Fonte: Processo - TCDF nº 3080/2009



Instalação física considerada boa – Centro de Ensino Fundamental São José, São Sebastião.



## Segurança

Os recursos próprios aplicados na área de segurança totalizaram R\$ 228,6 milhões. Os originados do FCDF atingiram R\$ 3,5 bilhões, tendo sido 99,1% relativos ao pagamento da folha de pessoal e de outras **despesas correntes** das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

O programa Policiamento e Fiscalização de Trânsito busca reduzir o índice de acidentes de trânsito no DF. Foi aplicado neste programa o montante de R\$ 196,4 milhões pelo Departamento de Trânsito do DF (Detran/DF).

A frota de veículos registrados no DF ultrapassou a casa do milhão em 2008. O número de veículos, no período de 2005 a 2008, aumentou 27,4%.

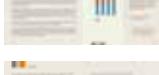
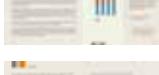
O total de vítimas em acidentes de trânsito, em 2008, foi 1,4% menor que o apontado em 2007. Apesar dessa redução, houve elevação de 15,3% no número de atropelamentos fatais.

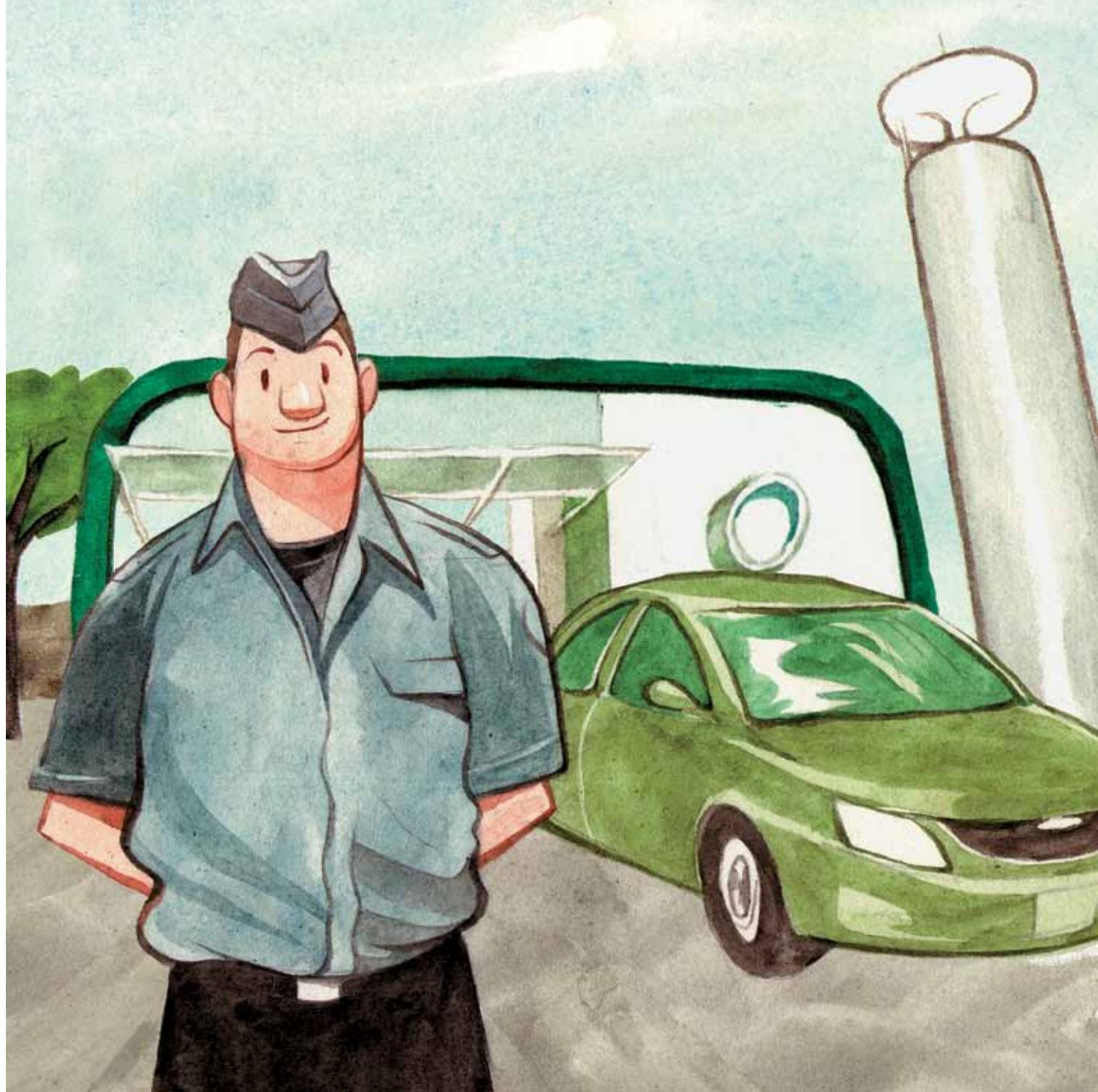
Para o programa Segurança em Ação, foram gastos R\$ 28,9 milhões, 74,6% acima do valor de 2007, considerada a inflação do período. O projeto Implantação de Postos Policiais Comunitários respondeu por 41% desses recursos, o que corresponde a R\$ 11,8 milhões. Com esse valor, foram construídos 61 postos policiais comunitários em 28 Regiões Administrativas do DF. De acordo com relatório do Controle Interno, entretanto, diversos postos necessitavam de móveis e equipamentos, bem como da instalação de equipamentos de rádio, telefonia, *internet* e monitoramento com câmeras de vídeo.

*São as despesas realizadas para a manutenção e o funcionamento dos serviços públicos em geral.*

	capa	30		31
	32		33	
	34		35	
	36		37	
	38		39	
	40		41	
	42		43	
	44		45	
	46		47	
	48		49	
	50		51	
	52		53	
	54		55	
	56		57	
	58		59	



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
					59



Os indicadores estatísticos mostram que, à exceção de estupros, houve aumento no número de homicídios (15%), de roubos (19,1%) e de furtos/roubos de veículos (13%).

Houve 4,8 mil roubos a mais que no ano anterior. Ceilândia, Samambaia, Taguatinga e Brasília responderam por mais da metade desses eventos.

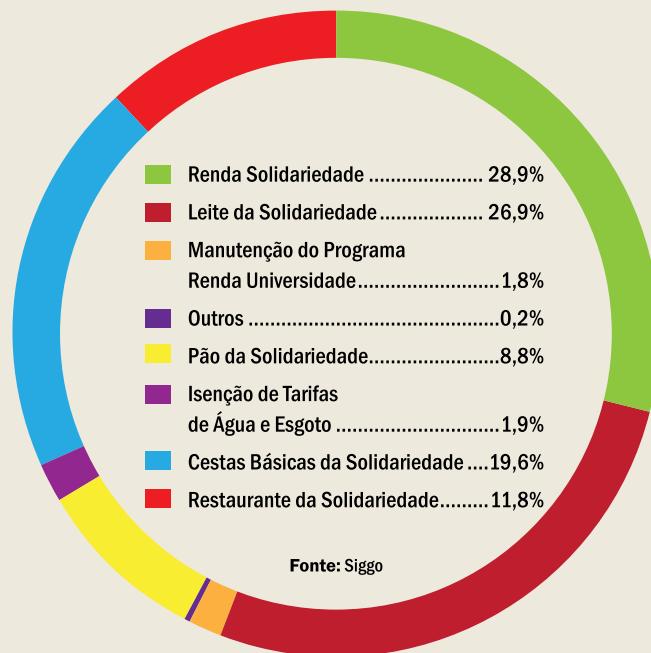
Os registros criminais, segundo relatório do Controle Interno, aumentaram 1,7% entre 2007 e 2008, passando de 109,4 mil para 111,2 mil.

Na Polícia Civil, o efetivo operacional apresentou leve redução, e a média mensal de ocorrências passou de 28,4 mil para 32,2 mil, considerando o intervalo dos anos 2006 e 2008. De forma oposta, considerando o mesmo período, a Polícia Militar aumentou seu efetivo operacional de 9,7 mil para 10,2 mil, enquanto a média mensal de ocorrências caiu de 17,3 mil para 12,8 mil.

## Desenvolvimento Social

A área de desenvolvimento social foi responsável pela aplicação de R\$ 224 milhões.

Os R\$ 85,1 milhões gastos por meio do programa Responsabilidade Social e Segurança Alimentar foram direcionados às seguintes atividades:



O número de refeições fornecidas pela atividade Restaurante da Solidariedade passou de 3,9 milhões em 2007 para 4,8 milhões em 2008. Nesse período, houve, ainda, redução em 24,7% do número de famílias beneficiadas com a atividade Cestas Básicas da Solidariedade, mesmo com aumento de 98,3% na despesa



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59

capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59

# Gestão

## LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO EM CULTURA

Alteração na Lei Orgânica do DF em maio de 2008 estabeleceu que 0,3% da **Receita Corrente Líquida** deve ser destinada ao Fundo de Apoio à Cultura (FAC). Considerando o período de maio a dezembro, deveriam ter sido destinados ao Fundo R\$ 19,7 milhões; contudo, foram gastos somente R\$ 3,2 milhões, direcionados ao apoio financeiro de 190 projetos e eventos culturais.

### FUNDO DE APOIO À CULTURA - FAC

Discriminação	Realizado (R\$ milhões)
Receita Corrente Líquida (RCL)	9.626,5
Mínimo a ser aplicado (0,3% da RCL)	19,7
Execução orçamentária do FAC	3,2

Fonte: Siggo

*É a soma de todas as receitas do Governo (impostos, taxas, serviços etc.) menos as obtidas por empréstimo, venda de bens, contribuição dos servidores públicos para a previdência e outros ajustes definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).*

realizada. O custo da cesta básica paga pelo GDF aumentou: de R\$ 39,71 em 2007 para R\$ 104,59 em 2008.

Avaliação do Controle Interno sobre essa atividade sinalizou ineficiências em sua gestão, constatando-se descumprimento de cláusulas contratuais por parte de algumas empresas e carência de recursos humanos e de melhor infraestrutura de trabalho.

## Turismo, Esporte, Lazer e Cultura

Nesta área, o Governo gastou R\$ 152,3 milhões. Três programas concentraram 95,5% desse total: Esporte – Mente e Corpo em Equilíbrio (R\$ 83,3 milhões); Difusão e Programação Cultural (R\$ 53,6 milhões); e Juventude e Esportes de Mãos Dadas com o Futuro (R\$ 8,6 milhões).

No programa Esporte: Mente e Corpo em Equilíbrio, 37,6% dos R\$ 83,3 milhões gastos foram utilizados na continuação da reforma do Estádio Bezerrão, no Gama. Outros R\$ 24,5 milhões foram investidos na construção de vilas olímpicas no DF.

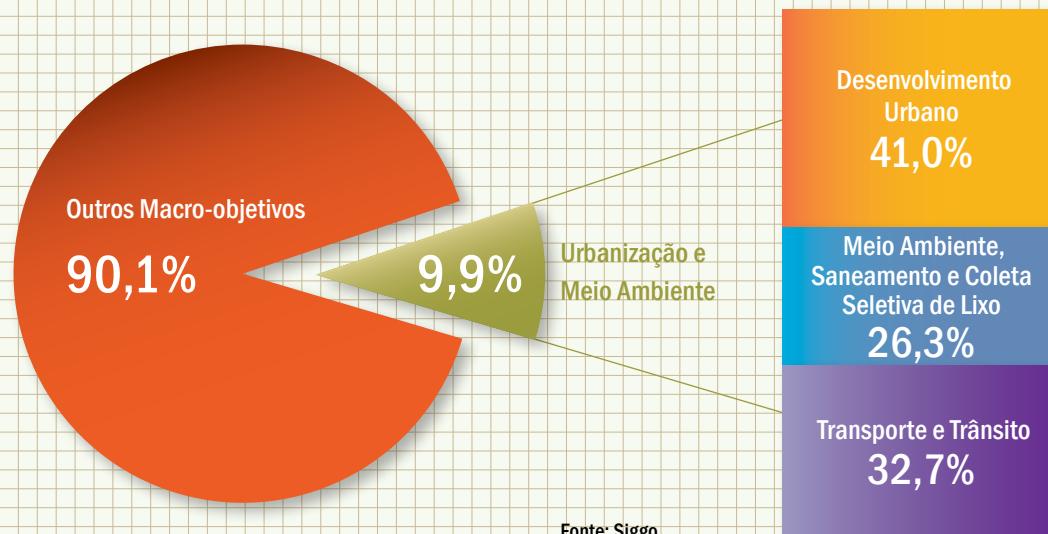


# Urbanização e Meio Ambiente

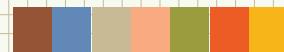
Este macro-objetivo envolve três áreas de atuação: Desenvolvimento Urbano; Transporte e Trânsito; e Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo.

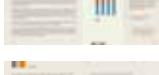
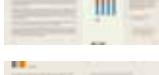
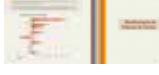
Para 2008, a autorização de gastos alcançou mais de R\$ 3 bilhões. Contudo, as despesas realizadas, correspondentes a R\$ 1,7 bilhão, limitaram-se a 55,8% daquele montante.

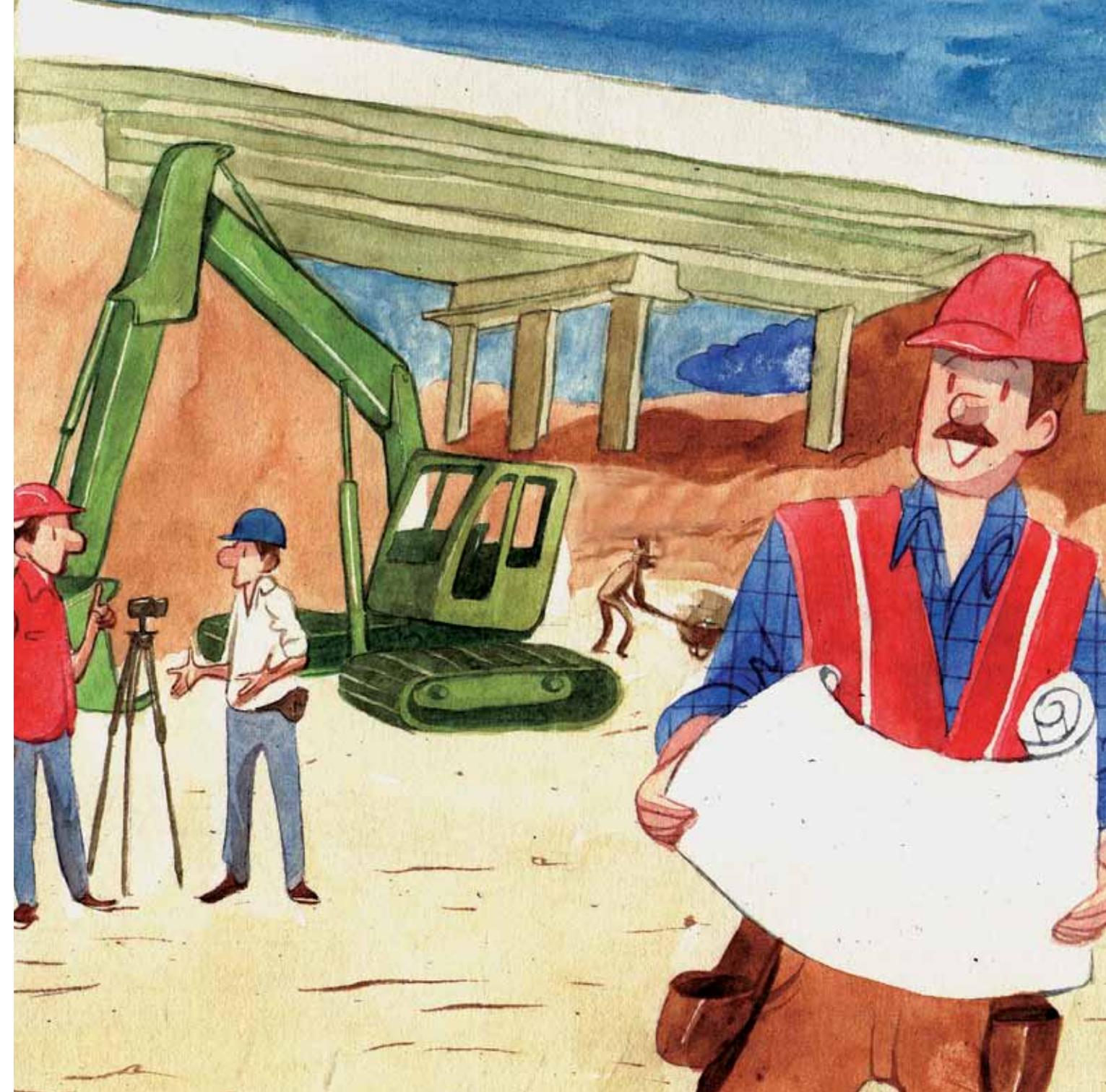
## URBANIZAÇÃO E MEIO AMBIENTE - DESPESA POR ÁREA



Fonte: Siggo



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
	30		31		



## Desenvolvimento Urbano

Os programas Urbanização, Energia para o Desenvolvimento, Iluminando o Distrito Federal e Administrando Nossa Cidade realizaram 93,5% da despesa total da área.

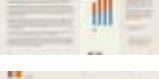
Dos R\$ 374,3 milhões gastos em Urbanização, o projeto Execução de Obras de Urbanização foi o mais representativo (R\$ 285,8 milhões). Por sua vez, o projeto Implantação de Vias e Obras Complementares de Urbanização realizou R\$ 77,3 milhões de despesas nesse programa, apenas 43,7% do valor previsto inicialmente. De acordo com relatório do Controle Interno, 19,8% das ações cadastradas nesse projeto encontravam-se paralisadas ou atrasadas em 2008.

No programa Energia para o Desenvolvimento, a

cargo da Companhia Energética de Brasília (CEB), foram aplicados R\$ 133,4 milhões. A maior parte dessas despesas (R\$ 125,3 milhões) foi destinada à conclusão do projeto Implantação e Melhoria das Estruturas de Distribuição de Energia Elétrica.

O programa Iluminando o DF gastou a quantia de R\$ 96,2 milhões, destinada, em grande parte, ao projeto Ampliação e Manutenção do Sistema de Iluminação Pública. Em 2008, por exemplo, com esse valor foi alcançado o total de 239 mil pontos instalados, o que representa o atendimento de 93,9% do número necessário. Em relação a 2007, houve aumento de 7 mil pontos, ou 3%.

Por último, Administrando Nossa Cidade consumiu R\$ 41,6 milhões. As reformas de prédios próprios do GDF responderam, em conjunto, por 48,7% desses recursos.

	28		29		capa		31
	2		3				33
	4		5				35
	6		7				37
	8		9				39
	10		11				41
	12		13				43
	14		15				45
	16		17				47
	18		19				49
	20		21				51
	22		23				53
	24		25				55
	26		27				57
	28		29				59



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
			59		



## Transporte e Trânsito

Do total de R\$ 550,3 milhões aplicados, a maior parte – 98,5%, ou R\$ 542 milhões – foi despendida no programa Transporte Seguro.

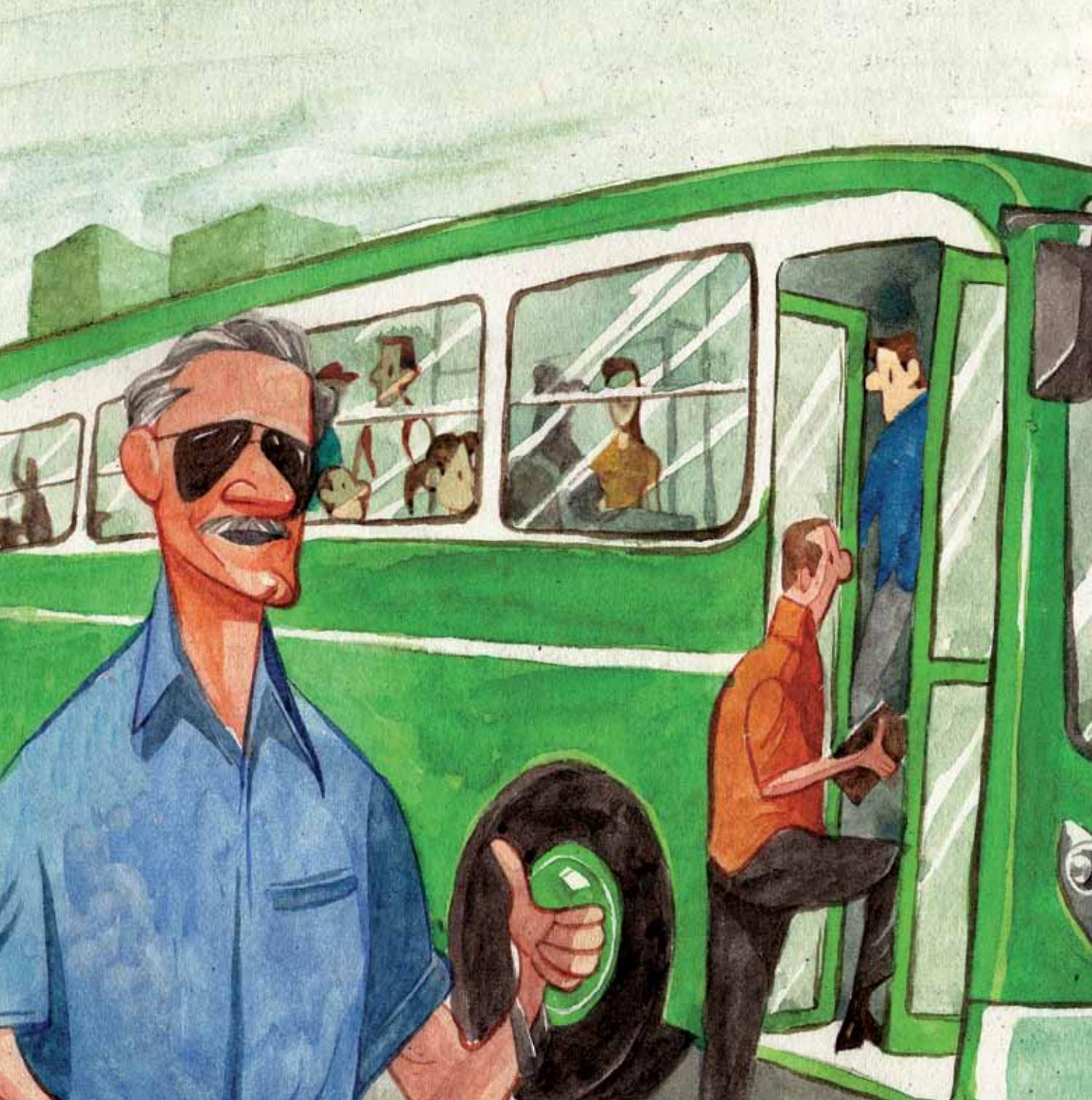
Na Manutenção e Funcionamento do Sistema Ferroviário, executada pelo Metrô/DF, foram gastos R\$ 117 milhões. O número de passageiros transportados no ano atingiu 33,3 milhões, o que representou crescimento expressivo de 83% em relação a 2007. Para atender essa demanda, ao fim do ano, o Metrô contava com uma frota de 20 trens, dos quais 18 em operação.

No projeto Implementação da Linha 1 do Metrô, foram executados R\$ 76,3 milhões, mais de dez vezes o valor previsto inicialmente. Todavia, as etapas realizadas ficaram bem abaixo da previsão.

A implantação do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT/projeto Metrô-leve) – Trecho W3, um dos projetos prioritários citados pelo PPA 2008/2011, não teve execução em 2008.

O projeto Recuperação e Melhoramento de Rodovias, sob responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do DF, apresentou gastos significativos no programa Transporte Seguro, R\$ 106,6 milhões; ao final do ano, das 54 obras programadas, 52 estavam em ritmo de execução adequado e duas, paralisadas.

No programa Transporte Urbano do DF – Brasília Integrada, houve autorização no orçamento para gastos de R\$ 86,5 milhões para implantação de sistema de corredores de transporte coletivo, de ciclovias e de infraestrutura de apoio operacional e gestão do programa. Contudo, no fim de 2008, o valor executado (R\$ 8,3 milhões) ficou em menos de 10% do total autorizado.



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59





capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59

## Auditoria no Sistema de Transportes Públicos do DF

Em 2008, foi realizada auditoria operacional para avaliar a qualidade do serviço de transporte público coletivo do Distrito Federal, tendo como objeto o transporte prestado por meio de ônibus (serviço convencional) e o serviço metroviário, a cargo da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – Metrô.

Constatou-se que o serviço convencional é de baixa qualidade, pois opera com alto grau de descumprimento da programação operacional; não oferece conforto adequado aos usuários nos veículos, terminais e pontos de embarque e desembarque de passageiros; e a segurança é prejudicada pelas condições inadequadas das paradas de ônibus e pelo descumprimento das regras de trânsito pelos operadores.



O metrô opera com regularidade, instalações seguras e confortáveis e oferece mobilidade assistida aos PNEs.



Constatou-se, também, ineficiência das atividades básicas de fiscalização e planejamento exercidas pela DFTrans – Transporte Urbano do DF.

Quanto ao metrô, verificou-se que essa modalidade de transporte tem boa qualidade, pois opera com regularidade, com instalações físicas seguras e confortáveis e oferece mobilidade assistida para os portadores de necessidades especiais.

## Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo

Embora os recursos disponíveis no orçamento para essa área de atuação tenham alcançado R\$ 831,6 milhões durante o ano, o total efetivamente gasto limitou-se a R\$ 442,6 milhões.

Para o programa Abastecimento de Água, com a quase totalidade sob a responsabilidade da Companhia de Saneamento Ambiental do DF



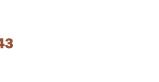
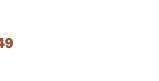
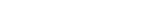
**O serviço de ônibus coletivo opera com alto grau de descumprimento da programação operacional**



**O serviço de ônibus coletivo não oferece conforto nos veículos, terminais e pontos de embarque/desembarque**



	28		29		58		59
	26		27		56		57
	24		25		54		55
	22		23		52		53
	20		21		50		51
	18		19		48		49
	16		17		46		47
	14		15		44		45
	12		13		42		43
	10		11		40		41
	8		9		38		39
	6		7		36		37
	4		5		34		35
	2		3		32		33
	capa		30		31		32

	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
			59		



# Gestão

(Caesb), por exemplo, haviam sido colocados à disposição R\$ 198,6 milhões, mas foram aplicados apenas 26,1% desse valor (R\$ 51,8 milhões).

O projeto com maior volume de recursos realizados foi Implantação de Redes de Distribuição de Água, que trata da criação de reservatório no Subsistema Contagem/Paranoazinho e encontrava-se ainda em processo de aquisição de material.

A rede de distribuição de água tem apresentado crescimento constante nos últimos anos. Desde 2005, o aumento médio anual da rede de distribuição foi de 6,4%, e o número de economias abastecidas subiu em média 5,6% ao ano. O nível de abastecimento de água em 2008 alcançou 99,4%.

Para o programa Esgotamento Sanitário foram reservados, inicialmente, R\$ 164,6 milhões em 2008. A autorização final alcançou R\$ 192,6 milhões. No entanto, a despesa realizada foi de apenas R\$ 61 milhões.

Segundo informações da Caesb, 93,7% da população do DF estava atendida pela rede de esgotamento sanitário em 2008. Em relação ao ano anterior, houve crescimento de 0,2 ponto percentual, o que representou a inclusão de 51,5 mil pessoas.

Desde 2006, a Caesb informa que o volume tratado de esgoto atinge o total coletado. Em 2008, esse volume alcançou 110 milhões de metros cúbicos, aumento de 3,8% em relação a 2007.

Para o programa Gerenciamento Integrado de Resíduo Sólido Urbano foram reservados, na Lei Orçamentária de 2008, R\$ 188,9 milhões. As despesas realizadas alcançaram R\$ 177,8 milhões, e o programa foi o mais representativo da área de atuação Meio Ambiente, Saneamento e Coleta Seletiva de Lixo, com 40,2% do total realizado.



	capa	30		31			
	2		3		32		33
	4		5		34		35
	6		7		36		37
	8		9		38		39
	10		11		40		41
	12		13		42		43
	14		15		44		45
	16		17		46		47
	18		19		48		49
	20		21		50		51
	22		23		52		53
	24		25		54		55
	26		27		56		57
	28		29		58		59



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
	30		31		59



# Gestão

Quanto ao desafio da implantação de coleta seletiva e reciclagem de materiais, conforme consta de relatório do próprio governo, ficou constatado que as ações estabelecidas não eram suficientes para resolução do problema. Além do mais, a unidade responsável não tinha estrutura para executar essa tarefa. Em síntese, praticamente a totalidade dos recursos executados no programa foi direcionada para Execução e Manutenção de Atividades de Limpeza Pública.

Quanto à destinação dos resíduos coletados, em 2008, 94% foram aterrados e 5,7% foram processados. O restante compôs o lixo incinerado.

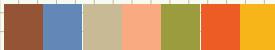
Em relação a 2007, a representatividade do aterramento de lixo aumentou 10,5 pontos percentuais. O volume de lixo processado em 2008, por outro lado, teve redução de 54,3%.

O programa Cidade Limpa e Organizada – Garantia de Bem-estar Social teve sua dotação inicial elevada em 446,2% por meio de alterações orçamentárias, alcançando R\$ 119,1 milhões; as despesas realizadas atingiram R\$ 96 milhões.

## Auditoria no Serviço de Limpeza Urbana do DF

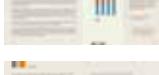
Foi realizada auditoria operacional no Serviço de Limpeza Urbana do DF (SLU) para avaliar a qualidade do serviço público de limpeza urbana do DF, especialmente quanto ao tratamento e à destinação dos resíduos sólidos urbanos e a aspectos da coleta seletiva. Foi verificado que:

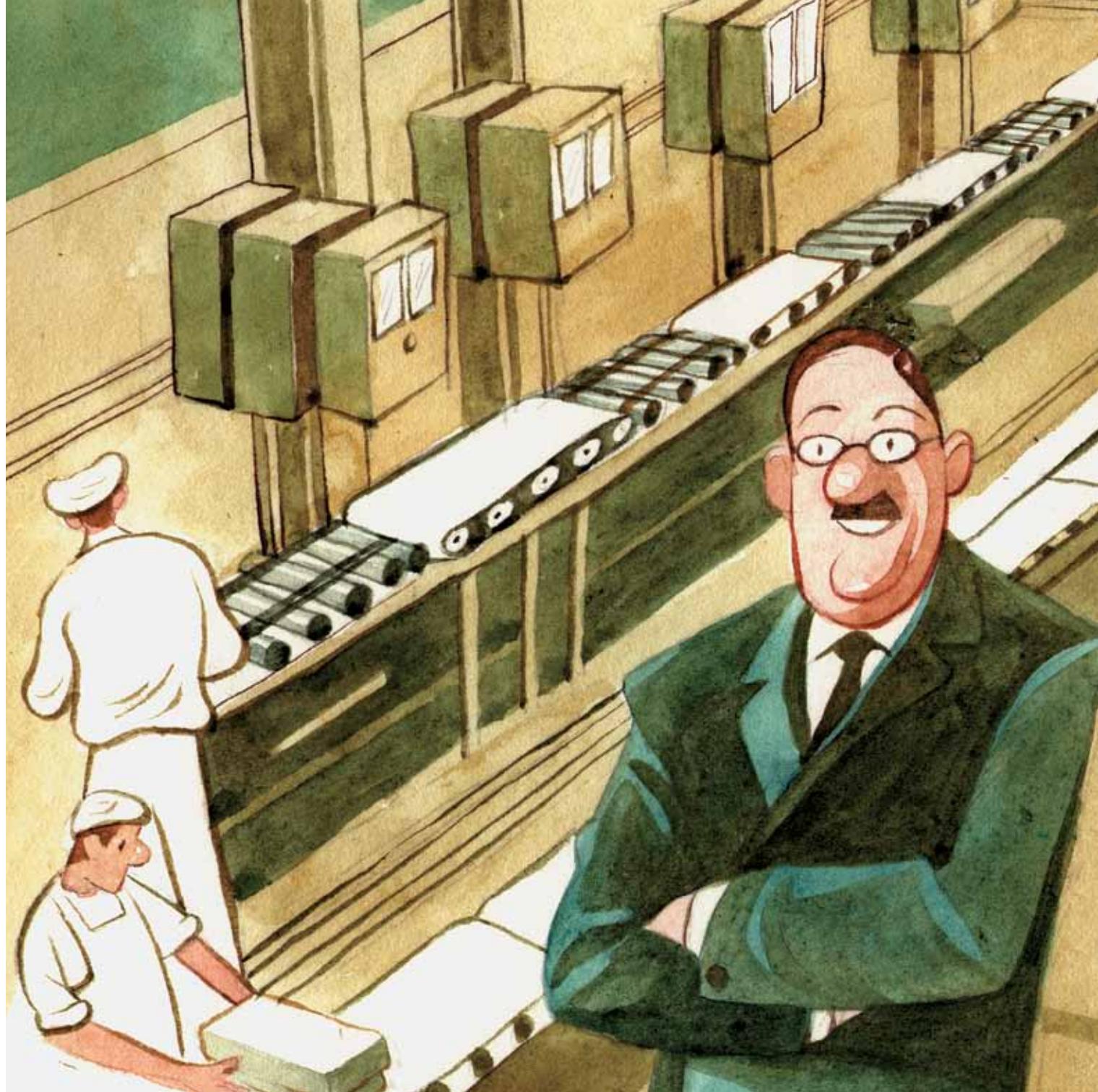
- a capacidade das usinas é inferior aos resíduos sólidos urbanos coletados;
- as usinas de tratamento estão sendo subutilizadas;
- mais de 80% dos resíduos sólidos urbanos coletados em 2008 foram levados diretamente ao aterro sem passar por qualquer tratamento;
- a gestão do chorume não impede que ele infiltre no solo;
- a gestão do biogás não evita a poluição do ar;
- há baixo aproveitamento de material reciclável (7,6%) e alto índice de rejeitos (92,4%);
- os resíduos destinados ao aterro não são totalmente cobertos diariamente;
- o aterro do jóquei opera com a capacidade esgotada.



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
					59



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
			59		



# Crescimento e Geração de Emprego e Renda

Este macro-objetivo teve a menor despesa realizada, de R\$ 212,8 milhões, com duas áreas de atuação: Desenvolvimento Econômico, Emprego e Geração de Renda (82% dos gastos) e Ciência e Tecnologia (com 18%).

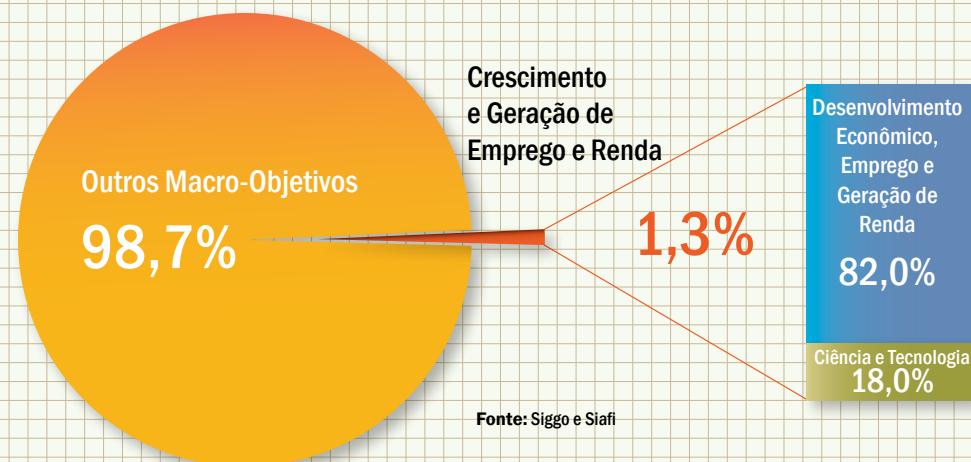
A Lei Orgânica do DF fixava, para o exercício de 2008, o valor mínimo de 2% da receita orçamentária do DF para ser aplicado pela Fundação de Apoio à Pesquisa (FAP) em ações de desenvolvimento científico e tecnológico.

Como mostra a tabela abaixo, o GDF não cumpriu essa obrigação.

Discriminação	Realizado (R\$ milhões)
A - Receita Orçamentária (OFSS)	11.504,4
B - Deduções	1.338,0
Duplicidades	1.141,2
Convênios	196,8
C - Base de Cálculo (A-B)	10.166,4
Mínimo a ser aplicado (2% x C)	203,3
Execução orçamentária da FAP	37,5

Fonte: Siggo

## CRESCIMENTO E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA - DESPESA POR ÁREA



Fonte: Siggo e Siafi



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59

capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59



## Equilíbrio Fiscal e Qualidade dos Serviços Prestados pelo Governo

Este macro-objetivo ocupou a primeira colocação no valor dos recursos despendidos pelo GDF em 2008. Foram gastos nesta área R\$ 6,8 bilhões, o que corresponde a 64,9% do total realizado.

O programa Apoio Administrativo foi criado para fornecer, aos órgãos do DF, meios administrativos para implementação e gestão das ações responsáveis pela geração de bens e serviços ofertados diretamente à sociedade. Concentra as despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com a folha de pagamento dos servidores públicos do GDF, o que explica os altos valores nele registrados: realizou R\$ 4,3 bilhões em 2008.

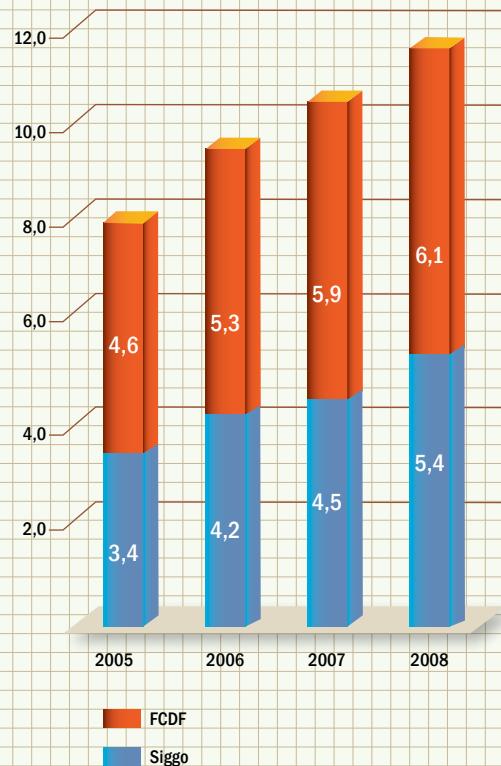
Havia 133 mil trabalhadores na administração direta, autarquias e fundações do Governo do Distrito Federal ao final de 2008. Somados aos 11.328 empregados das estatais, a força de trabalho do Poder Executivo era de 144.321 pessoas. Na Câmara Legislativa, o quantitativo ficava em 1.770 e, no Tribunal de Contas, em 646. Somando-se os aposentados e pensionistas, ao final de 2008, o total atingia 186 mil servidores do GDF.

O Governo não vem cumprindo os requisitos para preenchimento de cargos em comissão, cuja legislação determina que 50% deles devam ser ocupados por servidores de carreira.

Ao longo dos anos, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais têm crescido. Desde 2005, o aumento real nessas despesas passou de R\$ 2 bilhões (43,1%), ao passo que as receitas evoluíram 32%. A despesa total com pessoal alcançou R\$ 11,5 bilhões, dos quais 53% foram pagos com recursos do Fundo Constitucional. Entenda melhor esse fato, observando o gráfico a seguir:



## DESPESA COM PESSOAL

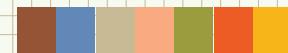


A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece limites para os gastos com pessoal. Para o Poder Executivo do DF, deve ficar em 49% da **Receita Corrente Líquida (RCL)**. Em 2008, o valor de R\$ 4,1 bilhões (**despesa líquida de pessoal**) representou 42,4% da RCL. Nessa apuração, não são considerados os recursos do FCDF, conforme determina a LRF.

Na Câmara Legislativa e no Tribunal de Contas do Distrito Federal, os gastos com pessoal ficaram dentro dos limites estabelecidos pela LRF, ou seja, abaixo de 1,7% e 1,3%, respectivamente.

*É a apuração do gasto com pessoal para fins de verificação do limite, conforme critérios definidos pela LRF.*

*É a soma de todas as receitas do Governo (impostos, taxas, serviços etc.) menos as obtidas por empréstimo, venda de bens, contribuição dos servidores públicos para a previdência e outros ajustes definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).*



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59

	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
	30		31		59



# Gestão

Com a inflação, o valor da RCL apurada em 2008 foi 11,6% maior que o registrado em 2007. A despesa com pessoal, no mesmo biênio, apresentou crescimento real de 26,2%.

Neste macro-objetivo, estão registradas também as ações do Tribunal de Contas e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O programa Controle Externo relaciona-se ao exercício das atribuições constitucionais e legais do Tribunal de Contas do DF para a fiscalização da gestão dos recursos públicos do DF, sob os aspectos de legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade. Do total de R\$ 158,2 milhões gastos, 88,1% corresponderam a Administração de Pessoal e Concessão de Benefícios a Servidores.

O TCDF realizou 239 ações de fiscalização, entre auditorias e inspeções. Foram registrados 4.241 despachos. Além disso, nas 178 sessões realizadas pelo TCDF em 2008, foram proferidas 8.663 decisões.

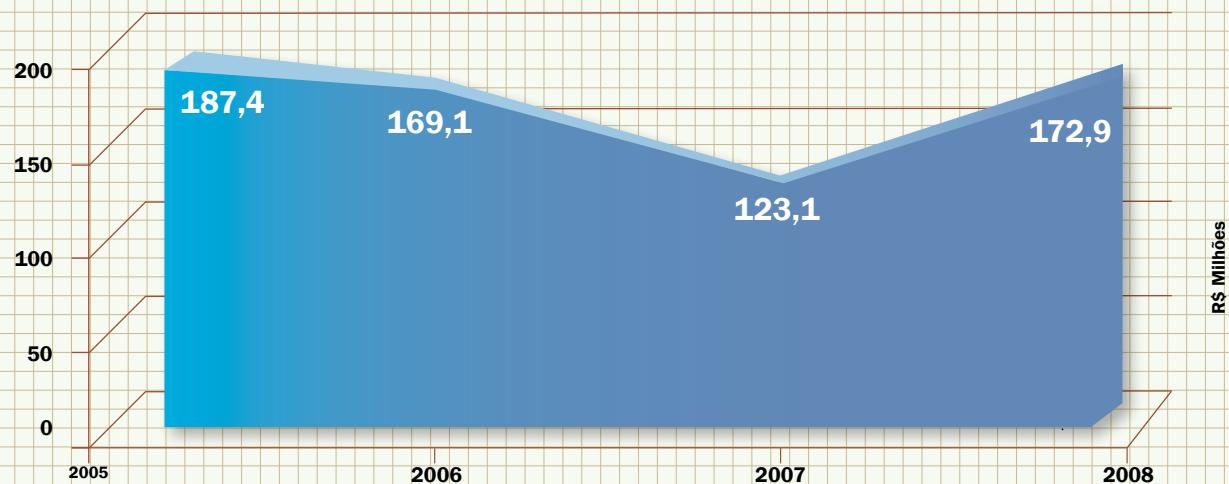
Na Câmara Legislativa, do total da despesa executada no programa Atuação Legislativa, 79,1% foram destinados às atividades Administração de Pessoal e Concessão de Benefícios a Servidores. A CLDF apresentou, em 2008, 50 Projetos de Lei Complementar, 446 de Lei Ordinária, 167 de Decreto Legislativo e 17 de Resolução.

## Despesa com Publicidade e Propaganda

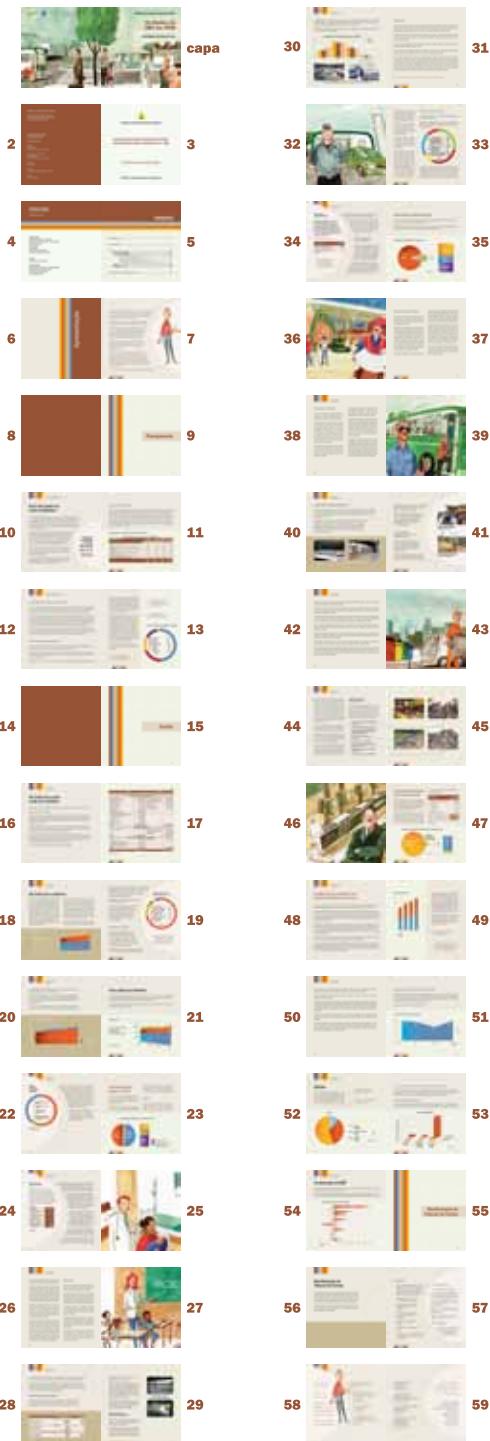
Em 2008, os gastos com publicidade e propaganda cresceram 40,4% em relação a 2007 e totalizaram R\$ 172,9 milhões. Esse valor superou as despesas em 82 dos 91 programas executados em 2008, entre eles: Assistência Farmacêutica (R\$ 158,9 milhões), Apoio ao Educando (R\$ 157,5 milhões) e Modernização e Adequação do SUS/DF (R\$ 81,1 milhões).

Veja a trajetória dessa despesa no gráfico abaixo:

### DESPESA COM PUBLICIDADE E PROPAGANDA



Fonte: Siggo





capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59

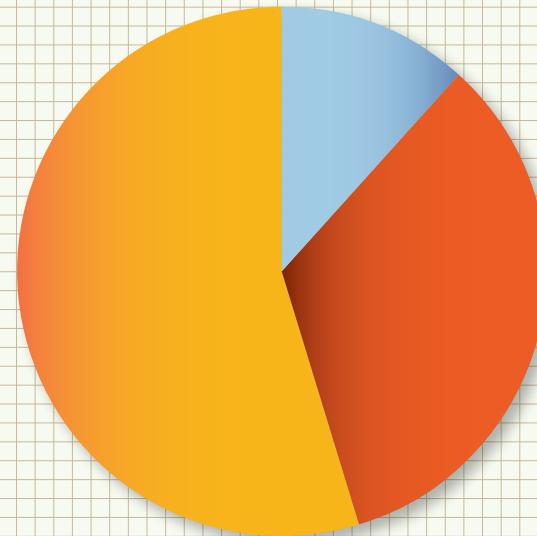
# Dívidas

O total da dívida pública das unidades que integram os OFSS atingiu, em 2008, R\$ 6 bilhões. O valor corresponde à soma das dívidas judiciais (R\$ 3,3 bilhões), contratuais (R\$ 2 bilhões) e **restos a pagar** e **depósitos** (R\$ 707,8 milhões).

*Cauções ou garantias recebidas de terceiros quando da participação em licitações ou da execução de contratos com o Governo.*

*Despesas assumidas pelo Governo em um ano cujo pagamento somente será efetuado no ano seguinte.*

DÍVIDAS



- Judiciais  
**3.298**
- Restos a pagar e depósitos  
**708**
- Contratuais  
**2.031**

R\$ Milhões

Fonte: Siggo

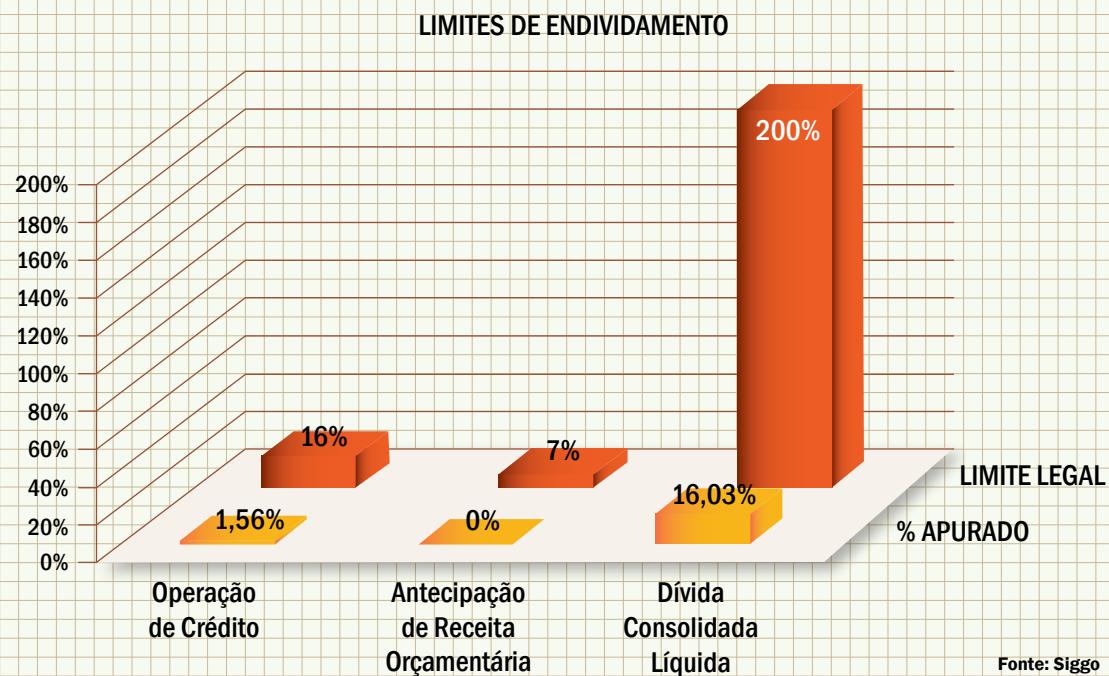


A importância foi R\$ 72,5 mil inferior à de 2007, desconsiderada a inflação do período.

A dívida total registrada, no entanto, não corresponde ao valor verdadeiro, pois houve despesas de 2008 que não foram inscritas em restos a pagar, e os valores apresentados nas demonstrações contábeis não refletem a dívida por precatórios existente em 31 de dezembro de 2008.

## Limites de Endividamento

A legislação determina limites para que os governantes assumam dívidas para a administração pública. Ao final de 2008, o Distrito Federal cumpria todas essas determinações, como ilustra o gráfico abaixo.



capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59



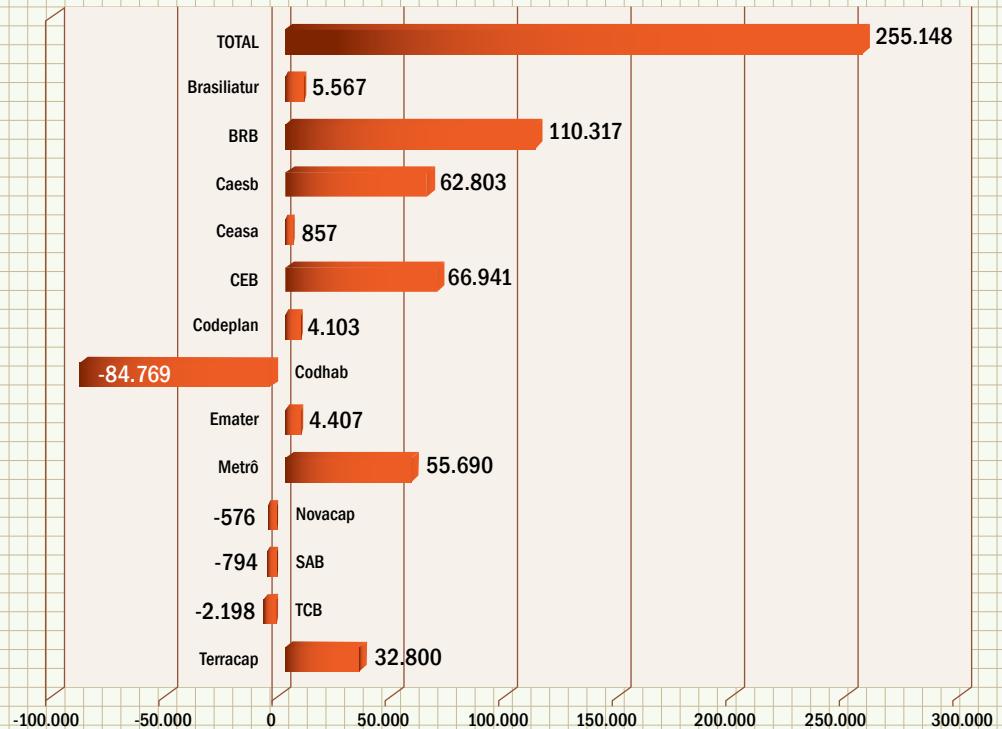
# As empresas do GDF

Em 2008, o conjunto das empresas estatais apresentou resultado positivo de R\$ 255,1 milhões, porém, inferior ao apurado no exercício de 2007.

Além das sete empresas públicas dependentes de recursos do Tesouro (Brasiliatur, Codeplan, Codhab, Emater, Metrô/DF, Novacap e TCB), o GDF detém participação no BRB, Ceasa, CEB, Caesb, SAB e Terracap.

capa	30	31
2	3	32
4	5	34
6	7	36
8	9	38
10	11	40
12	13	42
14	15	44
16	17	46
18	19	48
20	21	50
22	23	52
24	25	54
26	27	56
28	29	58
		59

RESULTADO LÍQUIDO DAS EMPRESAS ESTATAIS



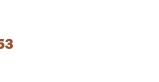
Fonte: Siggo



# Manifestação do Tribunal de Contas

	capa	30		31
	2	3		32
	4	5		34
	6	7		36
	8	9		38
	10	11		40
	12	13		42
	14	15		44
	16	17		46
	18	19		48
	20	21		50
	22	23		52
	24	25		54
	26	27		56
	28	29		58



	capa		30		31
	2		3		32
	4		5		34
	6		7		36
	8		9		38
	10		11		40
	12		13		42
	14		15		44
	16		17		46
	18		19		48
	20		21		50
	22		23		52
	24		25		54
	26		27		56
	28		29		58
			59		



# Manifestação do Tribunal de Contas

Na avaliação das Contas anuais apresentadas pelo governador do DF, o papel do TCDF é elaborar o Relatório Analítico e emitir um parecer prévio. Nesse documento, o Tribunal opina se as Contas devem ou não ser aprovadas. Quem faz o julgamento, no entanto, é a CLDF, uma vez que se trata de uma avaliação política sobre a atuação do governo.

O TCDF entendeu que as Contas do GDF de 2008 estão aptas a receber a aprovação da Câmara Legislativa, com as seguintes ressalvas, determinações e recomendação:

## Ressalvas

- execução orçamentário-financeira do Fundo Constitucional do Distrito Federal não foi registrada no sistema contábil do DF, pois esses valores não foram transferidos ao Tesouro do DF pelo Governo federal;
- despesas assumidas pelo Governo foram contabilizadas com atraso;
- dívidas do GDF com a CEB, Caesb e o INSS não foram totalmente registradas;
- dívidas de precatórios não foram corretamente registradas na contabilidade;
- despesas foram realizadas sem contrato;
- programação financeira apresentou falhas;
- percentual mínimo de ocupação de cargos em comissão por servidores de carreira não foi cumprido.

## Determinações

- solucionar as ressalvas apontadas;
- rever a forma de registro das despesas, para que a contabilidade represente de fato os compromissos assumidos pelos gestores;
- aprimorar a compatibilidade entre os planos, orçamentos e relatórios de execução das ações do governo;
- elaborar leis orçamentárias anuais mais realistas, de forma a reduzir a abertura de créditos adicionais;
- avaliar o custo e benefício das renúncias de receita e outros incentivos fiscais.

## Recomendação

- reavaliar o modelo institucional de empresas públicas que apresentam alta dependência de recursos do Governo distrital.



	capa	30		31
	2	3		32
	4	5		34
	6	7		36
	8	9		38
	10	11		40
	12	13		42
	14	15		44
	16	17		46
	18	19		48
	20	21		50
	22	23		52
	24	25		54
	26	27		56
	28	29		58

capa	30	31
2	32	33
4	34	35
6	36	37
8	38	39
10	40	41
12	42	43
14	44	45
16	46	47
18	48	49
20	50	51
22	52	53
24	54	55
26	56	57
28	58	59

Seja um cidadão participativo.

Fique atento a seus direitos.

Informe-se e acompanhe o trabalho dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Conheça alguns órgãos que podem ajudar você:



1 - Tribunal de Contas do DF – Ouvidoria  
 Palácio Costa e Silva, Praça do Buriti  
 (61) 3314-2110  
[www.tc.df.gov.br](http://www.tc.df.gov.br)

2 - Ministério Público junto ao TCDF  
 Tribunal de Contas do Distrito Federal,  
 Palácio Costa e Silva – 1º andar  
 Praça do Buriti  
 (61) 3314-2436  
[www.tc.df.gov.br/mpjtcdf](http://www.tc.df.gov.br/mpjtcdf)

3 - Câmara Legislativa do DF  
 SAIN Parque Rural  
 (61) 3348-8000  
[www.cl.df.gov.br](http://www.cl.df.gov.br)

4 - Procuradoria-Geral do DF  
 SAM Projeção I – Edifício Sede da  
 Procuradoria-Geral do Distrito Federal  
 (61) 3325-3367  
[www.prg.df.gov.br](http://www.prg.df.gov.br)



5 - Corregedoria-Geral do DF  
SRTVS Qd. 701 Bl. K  
Ed. Embassy Tower  
(61) 3962-9520/9521  
[www.corregedoria.df.gov.br](http://www.corregedoria.df.gov.br)

6 - Defensoria Pública do DF  
SCS Quadra 04 – Bloco A  
Entrada 94 Lotes 22/24 – Edifício Zarife  
(61) 3905-6620 (ouvidoria)  
[www.defensoria.df.gov.br](http://www.defensoria.df.gov.br)

7 - Tribunal de Justiça do DF e Territórios  
Palácio da Justiça  
Praça do Buriti – Lote 01  
(61) 3343-7000  
[www.tjdft.jus.br](http://www.tjdft.jus.br)

8 - Ministério Público do DF e Territórios  
Ed. Sede do MPDFT  
Praça do Buriti – Lote 02  
(61) 3343-9500 (geral)  
0800 644 95 00 (ouvidoria)  
[www.mpdft.gov.br](http://www.mpdft.gov.br)

Dúvidas ou sugestões  
sobre esta Versão Simplificada  
das Contas do Governo do  
Distrito Federal – Exercício de  
2008, enviar para:

TRIBUNAL DE CONTAS  
DO DISTRITO FEDERAL  
5ª Inspeção de Controle Externo  
Praça do Buriti  
Palácio Costa e Silva  
Anexo – 4º Andar  
Brasília – DF  
CEP 70075-901  
[ice5@tc.df.gov.br](mailto:ice5@tc.df.gov.br)

	2		3		30		31
	4		5		32		33
	6		7		34		35
	8		9		36		37
	10		11		38		39
	12		13		40		41
	14		15		42		43
	16		17		44		45
	18		19		46		47
	20		21		48		49
	22		23		50		51
	24		25		52		53
	26		27		54		55
	28		29		56		57
	30		31		58		59





capa



30

31



2

3



32

33



4

5



34

35



6

7



36

37



8

9



38

39



10

11



40

41



12

13



42

43



14

15



44

45



16

17



46

47



18

19



48

49



20

21



50

51



22

23



52

53



24

25



54

55



26

27



56

57



28

29



58

59



Tribunal de Contas do Distrito Federal

